

O NEGRO E O PODER NO BRASIL: uma proposta de agenda de pesquisa

Cloves Luiz Pereira Oliveira*

RESUMO: Este artigo analisa a literatura sobre o negro e o poder no Brasil, mostrando que apesar de a sociedade brasileira ser multirracional e multiétnica, historicamente, as ciências sociais brasileiras têm dedicado pouca atenção aos estudos sobre a participação do negro na arena política nacional. O autor sustenta que os pesquisadores têm negligenciado o tema "negro e política", sobretudo os determinantes da sub-representação deste grupo nos cargos do Legislativo e Executivo. Conclui sugerindo a necessidade da realização de pesquisas sobre o comportamento dos negros enquanto eleitores, grupos de pressão e candidatos, e o desenvolvimento de estudos comparativos de campanhas eleitorais que envolvam candidaturas de negros a cargos majoritários e proporcionais. Também é destacada a importância da realização de estudos na área de mídia e política, para compreender as estratégias de comunicação dos políticos negros e a influência da propaganda política nos processos eleitorais.

PALAVRAS-CHAVE: Eleição, participação política, políticos negros, agenda de pesquisa.

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 80, com o advento do processo de redemocratização, o Brasil vem assistindo à emergência de candidaturas negras, vencendo corridas eleitorais para cargos do Executivo municipal e estadual. Considerando a prevalência do tradicional pa-

* Doutorando em Ciência Política do IUPERJ, Pesquisador do Programa A Cor da Bahia – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia – PPGCS/UFBA e Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

drão de recrutamento político-eleitoral brasileiro para cargos políticos, marcado pelo quase monopólio de homens brancos oriundos dos quadros das elites, os casos de negros eleitos prefeitos de grandes metrópoles e governadores de estados ainda são pontuais (Fontaine, 1985). A eleição de Alceu Collares (PDT-RS) para prefeito da cidade de Porto Alegre, no pleito municipal de 1985, as primeiras eleições diretas para este cargo pós-1964, dá início ao fenômeno da emergência das candidaturas negras em eleições majoritárias em capitais brasileiras. Nas eleições estaduais de 1990, Alceu Collares, herdeiro político de Leonel Brizola, volta à arena com sucesso e conquista o governo do Estado do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, Albuíno Azeredo (PDT-ES), empresário capixaba, vence a corrida eleitoral ao palácio do governo do Estado do Espírito Santo. Seis anos depois, nas eleições municipais de 1996, o economista Celso Pitta (PPB-SP) materializa, segundo a imprensa nacional, “o choque político do ano”, ao ganhar a prefeitura de São Paulo (Barros; Morris, 1996; Marques, 1996).

Contudo, não somente as candidaturas negras vitoriosas provocaram impactos na dinâmica político-eleitoral brasileira. Mesmo as disputas eleitorais envolvendo políticos negros derrotados também vêm influenciando a política local e nacional, por trazerem à tona questões usualmente ausentes do debate político e da opinião pública em geral, como, por exemplo, a questão dos preconceitos e das desigualdades raciais no Brasil (Cardoso, 1996; Felinto, 1997; Lima, 1997; Kachani, 1996). Nesse sentido, destacam-se as campanhas de Edvaldo Brito (PTB-Ba), em 1985, e de Benedita da Silva (PT-RJ), em 1992, às prefeituras das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, respectivamente. Curiosamente, observa-se que nos estados onde os afro-descendentes constituem minoria do eleitorado, como o Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo, os políticos negros tiveram maior sucesso.¹

¹ Atentos à influência da raça nas relações sociais e participação política, pesquisa-

Curioso é perceber que, apesar de o Brasil ser uma sociedade multirracial e multiétnica, na qual os negros constituem atualmente cerca de 44% da população e em algumas capitais chegam a representar mais da metade, as pesquisas destinadas, especificamente, ao estudo dos determinantes do voto e comportamento político raramente incluem questões sobre raça e etnicidade². Certamente, a perpetuação do mito da democracia racial no Brasil, e a conseqüente sub-avaliação da importância da raça na definição das oportunidades de participação política e social, por parte de expressivo contingente de intelectuais brasileiros, devem ter contribuído para a configuração deste quadro. No entanto, conforme enfatiza Figueiredo *et al* (1997), as eleições são um microcosmo que reflete a vida social, econômica, cultural e política de uma sociedade, tanto em termos pragmáticos quanto simbólicos. Desse modo, a existência de preconceitos que representam os negros no Brasil como indivíduos destituídos de qualidades para o exercício do poder permite supor que a variável raça se constitui importante fator para definir os termos do debate que se estabelece entre os candidatos, o eleitorado e a opinião pública durante as campanhas.

dores americanos assinalam que o nível sócioeconômico da população negra e a proporção deste grupo na sociedade provocam impactos na dinâmica eleitoral (Engstrom *et al*, 1991; Moncrief *et al*, 1991; Polissero & Holian II, 1994). Engstrom *et al* (1991), por exemplo, indicam que, no caso americano, quando os negros compõem pelo menos 10% da população do município ocorrem transformações significativas no nível de representação negra e impactos no sistema eleitoral. Geralmente, observa-se uma maior capacidade dos candidatos negros de conquistar cargos políticos, como também de influenciar nas definições de políticas públicas.

² Um cuidadoso levantamento da produção intelectual de estudos sobre escravidão e relações raciais no Brasil dos anos 70 a 90, realizado por Barcelos *et al* (1991), revela que grande parte destes trabalhos versa sobre temas como escravidão e abolição (47%), religião (16.7%), relações raciais e desigualdades (10.9%), bibliografia e estudos sobre o tema (7%). Cerca de 18.4% da produção intelectual sobre relações raciais investiga problemas relativos à participação política, cultura e identidade. A revisão bibliográfica sobre mídia e política no Brasil realizada por Rubim & Azevedo (1997) também revela a inexistência de pesquisas que reflitam sobre o impacto da variável raça no comportamento político e eleitoral no Brasil.

Assim, atento à significativa emergência das candidaturas negras a cargos majoritários e proporcionais no Brasil e à importância na atividade política dos recursos da comunicação de massa, os quais são capazes de construir identidades e re-significar a realidade, este artigo analisa a produção acadêmica de estudos sobre o negro e o poder no Brasil e sugere uma agenda de pesquisa para este tema. Esta agenda destaca a importância do estudo do negro enquanto candidato, eleitor e agente formador de opinião na arena política brasileira.

VISÕES SOBRE AS DESIGUALDADES RACIAIS NA ARENA POLÍTICA BRASILEIRA

Uma grande parte do referencial teórico sobre a relação entre raça e política no Brasil foi produzida a partir de trabalhos que não tinham como objetivo central discutir este tema. Eram, em geral, estudos comparativos sobre relações raciais, mobilidade social, desigualdades raciais e religião, que acabavam por, indiretamente, fazer algumas considerações sobre a participação do negro na arena política (Azevedo, 1955; Fernandes, 1965; Pierson, 1945; Hasenbalg, 1979). Assim sendo, a desigual presença de brancos e negros em cargos políticos no Brasil, que se perpetua com o quase monopólio dos brancos desde a primeira república, era explicada como decorrência do padrão de participação dos negros na sociedade e do seu padrão de mobilidade social. Nesse quadro, aparecem os seminais trabalhos *Branco e Pretos na Bahia: um estudo de contato racial* (1945), do antropólogo americano Donald Pierson, e *As elites de cor: um estudo sobre ascensão social* (1955), do antropólogo baiano Thales de Azevedo.

Vendo a Bahia como o modelo brasileiro de relações raciais, Pierson realiza uma aguda radiografia da situação de brancos e pretos durante os anos 30 e 40. Financiado pela UNESCO, o antropólogo americano procurava desenvolver um estudo sobre contatos interraciais que se tornassem comparáveis com as situações de outros países (maio, 1996). Analisando a composição racial das classes na socie-

dade baiana dos anos 40, Pierson observou a distribuição ocupacional, juntamente com outros indicadores, como a posse de bens e padrão de consumo, e percebeu que os pretos e mulatos escuros ocupavam desproporcionalmente os estratos mais baixos da sociedade, enquanto os mulatos claros e brancos se encontravam nas camadas superiores. A mesma situação ocorria no campo da política, em que os negros compunham menos que 10% da presumida elite política baiana da época.

Tais achados somaram-se aos obtidos por Thales Azevedo em seu estudo sobre os canais de mobilidade social para pessoas de cor na Bahia dos anos 50. Azevedo explica que, nesse período, a política era uma das poucas vias de ascensão social para negros. Os outros canais de mobilidade eram o casamento inter-racial, o comércio e a burocracia. A escolarização e adoção de valores representativos dos brancos eram vistas pelo autor como um dos principais passaportes para ascensão social dos negros baianos. Tanto Pierson como Azevedo defendiam que a sociedade baiana, assim como a brasileira, era multirracial de classes, na qual se desenvolviam relações pacíficas entre os vários estoques raciais. Entretanto, além de viver sob uma ordem competitiva de classes, também cultivava códigos de conduta e valores da sociedade de *status*, na qual a cor continuava a determinar as referências sobre o lugar de cada um. Eles detectaram que a cor negra era símbolo de baixo *status* e que existiam preconceitos contra pessoas de cor, representando-as, freqüentemente, como feias, sujas e ignorantes, quando comparadas aos brancos. Apesar destes dados, Pierson e Azevedo concluíram que, no Brasil, não existiam barreiras raciais. Os problemas de mobilidade social e participação política, para eles, seriam determinados não por questões raciais, mas pela dinâmica da relação entre classes sociais e conflitos culturais.

As críticas às idéias de Pierson e Azevedo surgiram somente a partir da metade dos anos 50 com os trabalhos da chamada Escola Paulista de Sociologia. Composta pelo sociólogo francês Roger Basti-

de e os jovens pesquisadores brasileiros Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, esta escola investigou as relações raciais nas cidades de São Paulo e de Florianópolis. A obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), de Florestan Fernandes, sintetiza grande parte da contribuição desta escola para os estudos sobre relações raciais e sobre a situação do negro no Brasil. Nesse trabalho, Fernandes tentou compreender porque, decorridos mais de sessenta anos da abolição da escravatura, os negros em São Paulo ainda continuavam nos baixos estratos da sociedade, configurando o contingente da população que enfrentava maiores dificuldades para se integrar à sociedade competitiva.

As análises de Fernandes contribuíram para desmistificar, pelo menos no horizonte da academia, as teses de que o Brasil seria uma democracia racial, como queriam Gilberto Freyre, Donald Pierson e Thales de Azevedo. Por outro lado, revelaram que a existência de preconceitos e discriminações raciais contra os negros, a competição com o imigrante e a falta de apoio do Estado e sindicatos, aliadas ao despreparo (material e moral) dos próprios negros, contribuíam, negativamente, para perpetuar a distância social entre brancos e negros. Esses fatores explicariam a precária integração do negro na sociedade capitalista brasileira. Fernandes acreditava que os preconceitos e o racismo eram resíduos herdados da sociedade escravocrata e que, à medida que se instituisse uma ordem capitalista, aqueles cessariam de existir. Nesse contexto, as tentativas dos negros de conquistarem cargos políticos pareciam ser dificultadas pelos estereótipos, sua própria falta de auto-estima e, principalmente, pela desorganização social e pelo conformismo presentes no meio negro.

Vinte anos mais tarde, tendo como cenário um Brasil já fortemente urbanizado e industrializado, em algumas regiões, outro estudo sobre estratificação racial apresenta novos elementos para entender a relação entre o negro e o poder político. Buscando identificar os mecanismos que reproduzem as desigualdades raciais no Brasil, o soció-

logo Carlos Hasenbalg (1979) critica as interpretações propostas pela Escola Baiana e a Escola Paulista de Sociologia, que viam as desigualdades raciais como herança do escravismo, e afirma que a sociedade capitalista confere novas funções às representações negativas contra o negro. Para ele, a exploração de classe e a opressão racial articulam-se, enquanto mecanismos de exploração de grupos subordinados, conferindo imensas desvantagens aos negros na disputa pelos bens materiais e simbólicos na sociedade brasileira.

Hasenbalg explica que quatro fatores contribuiriam para a não-emergência de ações políticas fundadas na solidariedade racial para vencer as desigualdades. Primeiro, a cooptação através da mobilidade ascendente de parte da população de cor; segundo, a produção de manipulações ideológicas, como racismo e mito da democracia racial, que visavam naturalizar as desigualdades; terceiro, a repressão e dominação; e, por último, a manutenção de um sistema de dominação dos grupos subordinados. Este autor, então, conclui que uma identidade racial fragmentada entre os negros e a predominância de projetos individuais de mobilidade social prejudicavam as aspirações políticas neste grupo; além da estrutura político-eleitoral brasileira e dos regimes políticos aí vigentes.

Até a década de 70, devido ao fato de grande parte dos estudos sobre relações raciais estarem concentrados na análise de questões como estratificação racial e desigualdades, nota-se que a ausência de negros em cargos políticos no Brasil era explicada como um reflexo da estrutura geral de participação e inserção do negro na sociedade. Dessa maneira, tendia-se a desconsiderar as especificidades do campo político e a lógica eleitoral e partidária como fatores também determinantes da inserção dos negros na política. Ironicamente, ao longo desse período, os cientistas políticos, que poderiam preencher as lacunas deixadas pelos estudiosos da questão racial que buscaram expli-

car a relação entre raça e política, também ignoraram as especificidades desta problemática.³

O OLHAR DOS CIENTISTAS POLÍTICOS SOBRE AS DESIGUALDADES RACIAIS

Segundo Goldman e Sant'Anna (1996), os autores que trataram da disputa partidária eleitoral no Brasil, entre as décadas de 40 e 90, investigavam mais o papel dos partidos do que a “mecânica do voto”. Grande parte desses trabalhos tendia a se dividir entre aqueles que enfatizam a precariedade e a falta de legitimidade do sistema partidário brasileiro, e outros que defendiam o papel fundamental dessas instituições na consolidação do regime democrático no Brasil. Vendo os partidos como um dos principais atores da arena política brasileira, as respostas para entender o que determinava a oferta de voto para os partidos girava em torno da busca da identificação da escolha eleitoral, observando-se a influência das classes sociais, grau de instrução, gênero, idade e religião. Talvez por força do mito da democracia racial, que desconsiderava o papel da raça na definição dos arranjos sociais no mundo do trabalho, da religião, etc., os cientistas políticos poucas vezes incluíram a variável raça em suas análises (Soares; Silva, 1985).

Dessa forma, numa época em que o fator racial era visto como irrelevante, Bolivar Lamounier (1968) surge como um dos poucos cientistas políticos a perceber a importância da variável racial e étnica na determinação do comportamento político e eleitoral no Brasil. Aparentando temer a emergência de um devir negro que viesse a buscar no campo político a redefinição da sua situação sócio-econômica,

³ Um indicador deste quadro de pouca contribuição dos cientistas políticos ao estudo sobre raça e política é o número de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na pós-graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo: de 1986 a 1998, não há um trabalho sequer investigando a participação do negro ou outros grupos étnicos nas eleições no Brasil.

Lamounier propõe aos seus colegas algumas reflexões em seu artigo “Raça e Classe na Política Brasileira”. Ele os incentiva a questionar o que aconteceria se um grupo étnico, majoritariamente situado nos baixos segmentos sociais, tivesse preferências políticas adequadas a esta condição. Uma vez apresentada essa proposição, o autor ainda especula sobre quais seriam as condições propícias para o desenvolvimento do comportamento político de base étnica, bem como quais seriam os objetivos políticos das lideranças negras e suas estratégias de luta.

Essas análises sobre a relação entre raça e política seguem os passos das teorias de Pierson (1945), Azevedo (1955) e Fernandes (1965), perspectivas dominantes naquele período. Lamounier também acreditava que o desinteresse e a apatia do negro com relação às atividades sociais e políticas eram decorrentes do estado de anomia (social e psicológica) em que ele se encontrava. Para este autor, a ausência de conflitos raciais no terreno político advinha da forma latente como o próprio problema se colocava na sociedade brasileira, principalmente devido às dificuldades de se definir os limites de influência da raça e da classe nas oportunidades de mobilidade social. Contudo, parece que os apelos de Lamounier não sensibilizaram muito os colegas de sua geração.⁴

A DESCOBERTA DA ESPECIFICIDADE DO POLÍTICO NOS ESTUDOS SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS NA POLÍTICA

Diante do quadro acima descrito, não surpreende que o “olhar estrangeiro” do cientista político norte-americano Pierre-Michel Fontaine (1985) tenha sido um dos primeiros a sugerir outras perspectivas

⁴ Tal indiferença dos pesquisadores também pode ser entendida como resultado do fato de que até o início da década de setenta – seja devido aos constrangimentos que os regimes autoritários impunham à participação política, seja por força do elitismo que imperava no jogo eleitoral – as mobilizações políticas dos negros e outros grupos étnicos eram raras e sem grandes impactos nas instituições políticas e no Estado (Fontaine, 1985).

para compreender a dinâmica de participação dos negros na arena do poder político. Baseado em pesquisas realizadas entre os anos 70 e 80, Fontaine fez um inventário do número de políticos negros no congresso brasileiro e nas principais casas legislativas do país, constatando que havia poucos negros no poder, no Brasil. Ele, contudo, afirmava que era incorreto supor, como ele próprio já havia feito anteriormente, que os afro-descendentes não exerciam poder político. Ele notou que os negros possuíam um poder intersticial, residual e acumulativo, que era exercido por lideranças negras entre os seus pares, no universo das suas organizações (comunitárias, religiosas), nos bairros populares e nas favelas, para negociar com o Estado, os partidos e os políticos. Esse poder – muitas vezes fundamentado em relações clientelistas com o Estado ou com caciques políticos – podia se materializar, por exemplo, nas eleições, quando os votos da “comunidade” eram negociados por promessas de serviços de urbanização dos bairros. Embora defendendo suas teses com certa timidez, Fontaine identificou nestas mobilizações associativas e comunitárias as bases para emergência de significativo contingente de políticos negros que, pouco tempo depois, iria ganhar destaque no cenário político nacional. A grande contribuição deste autor é chamar a atenção para o fato de que, dentro das suas especificidades, os negros exercem poder no Brasil. Nestas circunstâncias, o ponto fundamental é identificar os mecanismos desse poder, suas fontes, instrumentos e locais.

QUANDO NOVOS ATORES NEGROS ENTRAM NA CENA POLÍTICO-ELEITORAL

Uma das mais importantes iniciativas de pesquisar o comportamento político dos negros numa eleição, e as suas representações sobre raça e política, partiu da antropóloga Ana Lúcia Fahar Valente (1986), em São Paulo. Valente investigou o comportamento político dos negros enquanto candidatos, eleitores e militantes, durante as eleições estaduais paulistas de 1982. Muitos observadores consideram

que estas foram as primeiras eleições livres depois da instauração do regime militar em 1964 (Soares; Silva, 1985). Em sua pesquisa, Valente buscou verificar as posições político-ideológicas dos candidatos negros durante a campanha, suas estratégias eleitorais, a receptividade do eleitorado às candidaturas negras e a relação dos partidos políticos com as reivindicações específicas deste grupo.

Segundo a autora, os negros apareceram como importantes parceiros políticos no pleito estadual de 1982, em São Paulo. De uma maneira geral, todos os partidos, independentemente de tendências ideológicas, tentaram atrair os políticos negros para os seus quadros. Algumas agremiações, como o PDT, PMDB e o PT, introduziram em seus programas itens específicos comprometendo-se a lutar em prol dos interesses dos afro-descendentes. Tais ações tinham o intuito de conseguir votos no meio negro.

A restauração do pluripartidarismo abriu mais vagas para que negros se candidatassem e tivessem mais opções na escolha de uma legenda. Todavia, Valente observou que 83,3% dos candidatos negros concorreram por partidos ditos de oposição, como o PDT, PT e PMDB.⁵ Dentre as estratégias eleitorais destes candidatos, podia-se destacar o interesse de muitos deles de arregimentar o voto étnico, mas também o imenso receio de veicular propostas relacionadas à questão racial. Cautelosamente, a maioria dos candidatos negros dirigiu suas mensagens a todos os eleitores, tentando evitar rejeição, tanto do eleitorado branco quanto do negro. Dos 16 candidatos ligados ao movimento negro que disputaram as eleições, doze proclamaram-se

⁵ Borges Pereira (1982) afirma que a tendência dos negros atuarem em partidos de oposição talvez decorra do fato dos militantes negros identificarem os partidos da “situação” como do grupo dominante, o grupo dos brancos; já os de “oposição” seriam identificados com o grupo dos dominados, os negros, ou seja, com os pobres e trabalhadores. Borges Pereira também nota que os políticos negros, ainda que eleitos por expressiva quantidade de votos de eleitores negros, raras vezes têm podido se colocar como seus representantes.

“porta-vozes” dos negros (Borges Pereira, 1982). Apesar dessa estratégia, poucos políticos negros conseguiram se eleger nestas eleições.

Sem dúvida, estes dados são instigantes, principalmente quando confrontados com os achados de Soares e Silva (1985) sobre os determinantes da votação do candidato Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista, nas eleições estaduais de 1982 para o governo do Rio de Janeiro. Com base numa pesquisa quantitativa, os autores perceberam que a variável racial foi um importante fator na votação de Leonel Brizola. Eles destacaram os pardos como o grupo que mais concedeu votos a Brizola. Os autores avaliaram que o fato de o PDT ter assumido um compromisso de trabalhar em favor dos pobres e ter feito um apelo eleitoral direto à população negra, com a proposta de instauração de um “socialismo moreno” no Brasil, contribuiu para a penetração desta candidatura junto aos negros. Duas décadas atrás, também nas eleições estaduais do Rio de Janeiro, Amaury de Souza (1960) tinha observado um fenômeno semelhante ao identificar a correlação positiva entre cor escura e preferência de voto ao partido trabalhista, mesmo depois de controlada a identificação da classe social.

Observa-se que a maioria das pesquisas sobre negro e o poder tendeu a ver os afro-descendentes, prioritariamente, como eleitores. É rara a preocupação em saber como se desenvolve a participação do negro enquanto candidato, tendo em vista os preconceitos que atingem os afro-descendentes na sociedade brasileira. Nos anos 50 e 70, Fernandes (1965) e Hasenbalg (1979) lembraram que os preconceitos contra os negros não apenas dificultavam a obtenção de posições socialmente valorizadas no mercado de trabalho, como também terminavam por desencorajar a competição em eleições. Todavia, até 1982, a carência de levantamentos censitários sobre o perfil dos candidatos segundo raça em eleições proporcionais no Brasil tornava difícil afirmar qual era a oferta de candidatos negros.

No final dos anos 80, observando o cenário que se desenhava na cidade de Salvador, dois fatos me motivaram a investigar o tema

tratado neste artigo. Primeiro, o surgimento de significativo número de candidatos negros disputando uma das 33 cadeiras da Câmara Municipal, em 1988. Sendo Salvador uma cidade onde a maioria da população é negra (cerca de 78%), e onde os cargos de poder têm sido, historicamente, monopolizados por políticos brancos, pareceu-me importante pesquisar os problemas que marcavam as campanhas dos candidatos negros (Oliveira, 1991). Segundo, a percepção da emergência de um poder cultural negro – representado pelo surgimento de associações culturais, religiosas, políticas e carnavalescas – tentando construir uma identidade positiva para os afro-descendentes, revelava a politização da questão racial na Bahia. Essa dinâmica “etnopolítica” do espaço afro-baiano, como denominou Agier (1992), levou a um “embate de subjetividades”, no qual o que estava em disputa não era apenas a redefinição da imagem do negro, mas a própria redefinição do lugar que ele deveria ocupar na sociedade, especialmente no campo político.

Diante deste quadro, fui “a campo” tentar perceber até que ponto princípios étnicos e raciais interferiam na estruturação de ações e alianças políticas na campanha dos candidatos negros, em uma cidade cuja maioria da população é negra e pobre. Centrando meu olhar nestes candidatos, pesquisei as eleições de 1988 e de 1992 na cidade de Salvador. Desejava saber quais eram as identidades sociais e políticas, propostas, representações de mundo e das relações raciais apresentadas por eles, além, é claro, de identificar as estratégias eleitorais por eles adotadas e os obstáculos enfrentados durante a campanha (Oliveira, 1991; 1997; 1998).

Em resumo, constatei, por exemplo, que dos 1149 candidatos que disputaram as eleições de 1992 mais da metade era negra (Oliveira, 1997). Surpreendentemente, apenas 10% dos candidatos faziam apelos à identidade étnica como estratégia eleitoral ou viam a questão racial como um problema político. A maioria dos candidatos provinha de movimentos sociais urbanos, de associações profissionais ou reli-

gias e, freqüentemente, suas propostas políticas buscavam responder aos problemas específicos das suas “comunidades”, como a falta de infra-estrutura urbana e carência de equipamentos de uso coletivo. Estes políticos explicavam que era preferível utilizar identidades sociais que não ensejassem tantos conflitos e ambigüidades quanto a negra. Embora sem contar com assessoria de *marketing* político, muitos candidatos afirmavam que suas campanhas eram orientadas não apenas por aquilo que acreditavam, mas, principalmente, pelo que achavam ser o desejo de seus eleitores (Oliveira, 1998).

O mais recente estudo de campanha eleitoral de candidato negro foi realizado por Maria Gabriela Scotto (1994). Numa abordagem etnográfica, Scotto analisou a campanha de Benedita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro, em 1992, focalizando as representações de gênero que marcaram a participação da candidata do Partido dos Trabalhadores nestas eleições. Assim, surpreende notar que a autora pouco problematizou a maneira como a questão racial interferiu na “representação e apresentação” de Benedita da Silva na sua relação com o eleitorado e assessores da campanha. Pois, como lembram vários autores (Brown *et al*, 1993; Moncrief *et al*, 1991; Oliveira, 1997), tradicionalmente, na arena política, fatores de gênero e de raça atuam juntos na definição das oportunidades de conquista de cargos de poder, geralmente conferindo uma dupla desvantagem para as mulheres negras (Moncrief *et al*, 1991). Isso significa que elas têm que enfrentar os entraves advindos do fato de serem mulheres e negras, num universo onde os símbolos de competência são masculinos e eurocêtricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da expressividade das candidaturas negras a cargos majoritários e proporcionais nos últimos quatorze anos, nota-se que as Ciências Sociais no Brasil não têm dado a devida atenção ao fenômeno enquanto objeto de estudo, seja na área de relações raciais, seja no campo de pesquisas sobre política e eleições (Laraia, 1979; Soares &

Silva, 1985). Como vimos, o baixo interesse pelos estudos sobre negro e o poder no Brasil pode ser explicado pelos seguintes fatores: existência de preconceitos étnicos e raciais na sociedade brasileira, os quais usualmente representam os negros como indivíduos destituídos de qualidades para o exercício do poder; predominância de interpretações que vêem o padrão de participação dos negros na arena política como subproduto do seu *status* precário na sociedade; períodos de regimes autoritários que restringiram tanto a participação política quanto às reflexões sociológicas sobre os fenômenos do poder; e, finalmente, a própria dinâmica seletiva das Ciências Sociais que tende a valorizar alguns temas mais que outros.

Considerando todos estes fatores, minha proposta de agenda de estudo sobre o poder no Brasil enfatiza a importância de analisar o negro enquanto ator participante de todas as dimensões que compõem a arena política: eleitor, grupo de pressão, candidato e político. Para isso, faz-se necessária a realização de pesquisas e levantamentos censitários que permitam identificar as características sócio-econômicas e político-ideológicas dos negros, no que se refere a todas as dimensões acima mencionadas, uma vez que os dados empíricos são ainda escassos. Ao mesmo tempo, uma outra frente de estudos poderia buscar compreender os condicionantes do comportamento do negro na arena política e da sua inserção nos espaços do poder, os problemas que enfrenta e as estratégias que utiliza para participar deste campo. O desenvolvimento de pesquisas comparativas, ainda pouco utilizadas no Brasil, também permitiria melhor perceber os padrões de participações do negro em distintos cenários político-eleitorais, culturas políticas, arranjos político-partidários e estruturas sócio-econômicas.

Por fim, admitindo a centralidade da comunicação na atividade política e a mídia como parte constitutiva do processo eleitoral desde a abertura democrática em 1985, como Matos *et al* (1994), penso que a área de estudos de mídia e política, constitui-se um campo estratégico

para compreender a relação entre o negro e o poder no Brasil, sobretudo nos estudos de campanha de candidatos negros a cargos majoritários, como é o caso das candidaturas de Alceu Collares ao governo do Rio Grande do Sul e de Celso Pitta à prefeitura de São Paulo, entre outros. Nesta linha, seria também importante pesquisar as estratégias comunicativas e retóricas dessas campanhas, investigando a influência direta da comunicação e da propaganda política, bem como a relação das campanhas com o eleitorado e a opinião pública. Isto significa refletir tanto sobre as estratégias de persuasão utilizadas no debate político, quanto sobre o diálogo que as candidaturas negras travam com a imprensa durante as eleições. Assim, seria possível avançar o conhecimento sobre o tema cobrindo as várias dimensões da participação do negro na política institucional desde o comportamento do eleitorado até o papel da opinião pública nas disputas político-eleitorais.

(Recebido para publicação em fevereiro de 2002)

(Aceito em junho/2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1955.

ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloísa. Intervalo surpresa: *spots* eleitorais na campanha municipal de 1996. **Comunicação & Política**, [s.l.], v.5, n.1, p.83-100. 1997.

BARCELOS, Luiz C. et al. **Escravidão e relações raciais no Brasil: cadastro da produção intelectual (1970-1990)**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 1991.

BARROS, Andréa; MORRIS, Kachani. A inesperada cor negra a vitória. **Veja**, 20 nov. 1996.

BORGES PEREIRA, João B. Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.34, n.10, p.286-294, out. 1982.

BORGES PEREIRA, João B. Parâmetros ideológicos do projeto político de negros em São Paulo: um ensaio de antropologia política. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.24, p.53-61, 1983.

BILL, James A. **comparative politics: the quest for theory**. Washington: University Press of America. 1981.

BROWN, Clyde et al. Gender-based differences in perceptions of male and female city council candidates. **Women and Politics**, [S.l.], v.13, n.1, p.1-17, 1993.

- RUBIM, Antônio Albino C.; AZEVEDO, Fernando A. Mídia e política no Brasil: literatura e agenda de pesquisa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, 1997, Caxambu (MG).
- CARDOSO, Edson L. O avanço dos bonecos. **O Estado de São Paulo**, 11 out. 1996.
- COSTA, Frederico L. A opinião faz a opinião: teoria e prática da pesquisa qualitativa de avaliação da propaganda eleitoral. **Comunicação e Política**, [s.l.], v.4, n.1, p.134-157, 1997.
- DAWSON, Michael. **Behind the mule: race and class in African-American politics**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 1994.
- DIJK, Teun A. Van. Analysing racism through discourse analysis: some methodological reflections. In: RACE and ethnicity in research methods. London: Sage Publication, 1993. p.92-134.
- DOLHNIKOFF, Mirian et al. Raça e política: entrevista de Benedita da Silva a Mirian Dolhnikoff, Fernanda Peixoto Ribeiro Thomaz. **Novos Estudos**, [s.l.], n.43, p. 8-25, nov., 1995.
- ENGSTROM, Richard L.; MCDONALD, Michael D. The election of blacks to city councils: clarifying the impact of electoral arrangements on the seats/population relationship. **The American Political Science Review**, 1991.
- EULAU, H.; CZUDNOWSKI, M. **Elite recruitment in democratic politics. Comparative studies across nations**. New York: Sage Publication. 1976.
- FELINTO, Marilene. O homem invisível. **República**, [s.l.], v.1, n.4, p.38-42, fev., 1997.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965. v.1.
- FIGUEIREDO, Marcus et al. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v.4, n.3., p. 109-120, 1997.
- FONTAINE, Pierre-Michel. **Race, class and power in Brazil**. Los Angeles, Center for Afro-American Studies. 1985.
- FONTAINE, Pierre-Michel. Blacks and the search for power in Brazil. In: RACE, class and power in Brazil. Los Angeles: Center for Afro-American Studies, 1985. p. 56-72.
- GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir. Apresentação. In: ANTROPOLOGIA, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p.1-12.
- GOLDMAN, Márcio; SANT'ANNA, Ronaldo S. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: ANTROPOLOGIA, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p.13-40.
- HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- KACHANI, Morris. A aposta de Maluf. **Veja**, 04 set. p.20-23, 1996.
- LAMOUNIER, Bolivar Raça e classe na política brasileira. **Cadernos Brasileiros**. [s.l.], n.47, p.39-50, mai/jun. 1968.

- LANE, Jane-Erik; ERSSON, Svante. **Comparative politics: an introduction and new approach**. Cambridge-UK: Polite Press, 1994.
- LARAIA, Roque de B. Relações entre negros e brancos no Brasil. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, São Paulo, n.7, p.11-21, 1979.
- LIMA, Marcelo O. C. de. Volatilidade eleitoral em São Paulo, 1985-1992. **Novos Estudos**, [s.l.], n.46, p.21-37, 1996.
- LIMA, Márcia. A eleição de Celso Pitta: relações raciais e contexto político. **Questões de Raça** – seleções de notícias da imprensa brasileira sobre relações raciais. [s.l.], n.8, mar/abr., 1997.
- MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996.
- MARQUES, Fabrício. Um negro eleito por conservadores. **Jornal do Brasil**, 17 nov., 1996.
- MATOS, Heloisa et al. **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta. 1994.
- MONCRIEF, Gary at al. Gender, race, and the state legislature: a research note on the double disadvantage hypothesis. **The Social Science Journal**, [s.l.], v.28, n.4, p.481-487, 1991.
- MOREIRA, Diva. Celso Pitta e o voto negro. **O Estado de Minas**, 31 out.,1996.
- NOVAES, Carlos Alberto M. O primeiro turno da eleição para prefeito de São Paulo. **Novos Estudos**, [s.l.], n.46, p.3-21, 1996.
- NOVAES, Carlos Alberto M. A geografia do voto em São Paulo e contornos sociais das preferências do eleitor. **Novos Estudos**, [s.l.], n.45, p.4-14, 1996a.
- OLIVEIRA, Cloves L. P. Os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. **Cadernos CRH**, Salvador, supl., p.94-116, 1991.
- OLIVEIRA, Cloves L. P. **A luta por um lugar: gênero, raça e classe**. Eleições municipais de Salvador-Bahia, 1992. (Série Toques). Programa A Cor da Bahia-UFBa. 1997.
- OLIVEIRA, Cloves L. P. Raça, política e mobilidade social: o caso dos candidatos a vereador afro-brasileiros em Salvador, Bahia. **Annual Meeting of the Latin American Studies Association**. Chicago Illinois: 1998.
- PELISSERO, John P.; HOLIAN II, David B. Electing a minority mayor: the impact on city finances and employment. **Annual Meeting of the American Political Science Association**, New York NY: Sep. 1994
- PIERSON, Donald. **Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial**. Rio de Janeiro, 1945.
- PIERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. Religião e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n.1, p.20-30, maio 1995.
- PITTA, Celso. Entrevista concedida a Raça Brasil. [s.l.], mar., 1997.
- PORTO, Mauro P. Televisão e voto: a eleição de 1992 para prefeito de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v.4, n.1, p.41-50, 1999.

SANTOS, André M. Nas fronteiras do campo político: raposas e *outsiders* no congresso nacional, REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, São Paulo, v.12, n.33, p.87-101, fev., 1997.

SCOTTO, Maria G. **Representação e apresentação**: uma análise da campanha de Benedita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional UFRJ., 1994.

SCOTTO, Maria G. Campanha de rua, candidatos e biografias. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Orgs.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p.165-181.

SOARES, Gláucio Ary D.; SILVA, Nelson do V. O charme discreto do socialismo moreno. **Dados**, Rio de Janeiro, v.28, n.2. p.253-273, 1985.

SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil urbano. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.11, n.4, p.61-70, out/dez., 1971.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Política e relações raciais**: os negros e às eleições paulistas de 1982. São Paulo: FFLCH-USP, 1986. (Antropologia, 10).

ZIMMERMAN, J.F., Rule, W. **Electoral systems in comparative**: the impact on women and minorities. Westport, Connecticut: Greenwood Press. 1994.

